



RASCUNHO

CARTA ABERTA AOS PARLAMENTARES E CANDIDATAS/OS AO CONGRESSO NACIONAL E EXECUTIVO FEDERAL

No Brasil, os acordos de "livre" comércio de nova geração seguem na agenda do Congresso e têm potencial para entrar em pauta visando à sua ratificação. Caso isso aconteça, atuais candidatos/as ao Legislativo Nacional e à Presidência da República serão convocados a se manifestarem a favor ou contra propostas de novos acordos de comércio. Em particular, no caso do Acordo entre Mercosul e União Europeia, presentemente em discussão, ficará sob a responsabilidade dos representantes eleitos o rechaço ou a reabertura de negociações. Considerando a aguda transformação da política internacional contemporânea, queremos, com esta carta, trazer à sua atenção os impactos dos acordos comerciais para o aprofundamento do modelo neoliberal.

A guerra na Ucrânia tem sido vista por muitos como um ponto de ruptura do cenário de globalização até aqui vigente. A hipótese apresentada por analistas afirma que o conflito pode vir a reconfigurar as dinâmicas da política internacional observadas no último quarto de século. No passado, a abertura comercial e a desregulação financeira em nível global figuravam como dois pilares para a construção da supremacia econômica dos países hegemônicos no sistema internacional, especialmente, os EUA. Hoje, novamente, o comércio e as finanças mostram-se estratégicos tanto para as mudanças no modo de funcionamento do capitalismo quanto para a percepção das oportunidades de acumulação do capital.

Comércio e finanças têm sido usados pelo governo brasileiro e seus apoiadores como meios para justificar uma inserção subordinada do país na economia global. A estratégia de participação nas cadeias globais de valor como fornecedor de matérias primas e minerais tem levado ao aumento da exploração da mineração e à ampliação das monoculturas do agronegócio para exportação. Isso aumenta a demanda pela importação indiscriminada de agrotóxicos e outros contaminantes. Conseqüentemente, o governo investe no desmonte da indústria nacional, prejudicando as políticas de promoção de renda e trabalho digno. Enquanto restringe o financiamento às políticas públicas essenciais à proteção dos direitos humanos, facilita a implementação de políticas que, favoráveis ao investimento privado nacional e internacional, afetam as condições de sobrevivência da população porque concentram ganhos e socializam perdas econômicas.



Este é o caso de projetos de lei em pauta que, em ressonância às expectativas de novos acordos comerciais, visam à flexibilização do licenciamento ambiental, à legalização de distintas formas de desmatamento e de grilagem, à exploração econômica em terras indígenas, à privatização de serviços públicos essenciais (tais como transporte, saneamento, saúde e educação) e de gestão de parques naturais a empresas transnacionais, assim como à abertura do setor de compras governamentais. É sabido, através das palavras do ex-ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, que a excepcionalidade da situação de pandemia contribuiu para que o governo “passasse a boiada” sobre a governança ambiental e as políticas sociais. Mais do que isso, no momento do isolamento social, as instâncias legislativas foram, na prática, fechadas à participação social e a política orçamentária foi conduzida sem qualquer transparência, inviabilizando o controle social sobre os gastos públicos. Exemplo disso são os recursos administrados por meio do chamado “orçamento secreto”.

Perpetuar e aprofundar a agenda de violação e retrocessos nos direitos é o que está em jogo nos capítulos dos acordos comerciais com a Europa. Além disso, enquanto vários países do mundo discutem a desconexão causada pela quebra nas cadeias de suprimentos e nos fluxos logísticos controlados por grandes transnacionais, levando a uma busca por maior autonomia na produção de bens em nível nacional, o governo do presidente Jair Bolsonaro acentua a política de reprimarização da economia brasileira e reforça o legado colonial que se abate sobre o país, seja na dependência das relações comerciais com a Europa, seja na violência racista das suas políticas e discursos.

Nessa conjuntura, convocamos, junto a mais de 200 organizações e movimentos sociais reunidos na Frente Brasileira contra os Acordos União Europeia-Mercosul e EFTA-Mercosul (Área de Livre Comércio Europeia, composta de Suíça, Liechtenstein, Islândia e Noruega), a abertura de um diálogo pré-eleitoral com candidaturas progressistas ao Legislativo e Executivo. Nosso objetivo é contribuir para a formulação de plataformas partidárias que devem posicionar-se sobre estes acordos, já que ambos se encontram em etapa de revisão jurídica e tradução para posterior envio para aprovação legislativa e sanção dos governos.

No caso brasileiro, o processo de ratificação de acordos comerciais deve passar, necessariamente, por discussão no Congresso Nacional - instância importante da política internacional, que, no entanto, vem delegando passivamente ao Itamaraty e à Presidência da República a decisão sobre atos externos. É nosso entendimento que a penetração da agenda internacional no campo da política doméstica demanda uma participação cada vez maior dos representantes do povo nas pautas internacionais.

Como uma política pública, a agenda comercial também deve estar submetida ao debate com a população e a regras de transparência. O não cumprimento destes princípios básicos para uma gestão democrática confronta não apenas os critérios de negociação dos acordos, mas



afeta negativamente a vida de brasileiros e brasileiras que ficam reféns dos interesses corporativos. Além disso, coloca-se em risco a própria sobrevivência do Mercosul, um instrumento estratégico de integração e desenvolvimento regional, uma vez que os acordos de comércio e investimentos com países europeus têm conduzido a conflitos no interior do bloco. Some-se a isto o histórico de relações assimétricas e desiguais.

A possível reconstrução do país após as eleições de 2022 e a formulação de novas estratégias de desenvolvimento, combativas em relação às múltiplas crises vividas hoje (econômica, sanitária, dos cuidados e ambiental), exige esse esforço coletivo. Esse é o momento de cobrar de parlamentares, membros do Executivo, candidatos, partidos e formuladores das políticas suas posições e concepções sobre esses temas. No mundo em que vivemos, não é mais possível separar as discussões da política internacional dos interesses domésticos e do seu impacto na vida cotidiana da população, povos indígenas, comunidades tradicionais e camponesas nos seus distintos territórios e territorialidades.

Por isso, é necessário democratizar a política externa e mobilizar o maior número de atores da sociedade civil brasileira o possível para debatê-la. Foi com esta intenção que a Frente Brasileira contra os Acordos União Europeia-Mercosul e EFTA-Mercosul foi criada em 2020¹. E é, também, com esse propósito que queremos, em 2022, reforçar o diálogo² com os atuais mandatos e futuras candidaturas parlamentares e ao Executivo, denunciando o desenho de inserção internacional neocolonial proposta para os países do Mercosul e apresentando propostas alternativas de integração entre os povos, onde as relações comerciais respeitem os direitos humanos e o meio ambiente e sejam construídas para atender às necessidades dos povos e não do capital transnacional.

Brasília, DF, 24 de Março de 2022.

¹ Primeira declaração da Frente Brasileira contra os acordos Mercosul-UE/EFTA (2020):<https://www.bilaterals.org/?frente-de-organizacoes-da&lang=pt>

² Frente Brasileira contra os Acordos UE-Mercosul e EFTA-Mercosul se reúne com parlamentares brasileiros (2021):<https://www.inesc.org.br/frente-brasileira-contra-o-acordo-ue-mercopol-e-efta-mercopol-se-reune-com-parlamentares-brasileiros/>